

Cartografia do conhecimento antropológico

Cartography of anthropological knowledge

DOI

[http://dx.doi.org/10.11606/](http://dx.doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2017.132079)

[2179-0892.ra.2017.132079](http://dx.doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2017.132079)

Rodrigo Ramassote

📍 Universidade de São Paulo | São Paulo, SP, Brasil

✉ ramassote@hotmail.com

CORRÊA, Mariza.
Traficantes do simbólico
& outros ensaios sobre a
história da antropologia.
Campinas, SP, Editora da
Unicamp, 2013, 470 pp.

Em 1984, por iniciativa de Manuela Carneiro da Cunha e apoio financeiro da Fapesp, teve início o *Projeto História da Antropologia no Brasil (1930-1960): Testemunhos* (doravante PHAB). Pouco depois, com a transferência de sua idealizadora

para a Universidade de São Paulo (USP), Mariza Corrêa assumiu a coordenação-geral e levou adiante a proposta de

ouvir os depoimentos de alguns antropólogos das primeiras gerações de profissionais da disciplina, no âmbito de um curso de pós-graduação do Departamento de Antropologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), para gravarmos esses depoimentos, com a intenção de publicá-los mais tarde, tendo o departamento me pedido que coordenasse as sessões de entrevista (...) (Corrêa, 1995: 115).

Gradativamente, as iniciativas ligadas ao PHAB foram se ampliando, por meio de apoios e aportes de recursos sucessivos; gravações em vídeos; doações de acervos e coleções pessoais; incorporação de jovens estudantes da graduação e pós-graduação; produção de estudos acadêmicos; exposições fotográficas e publicações diversas, num esforço notável de análise e interpretação dos rumos da antropologia brasileira entre as décadas de 1930 e 1980.

À frente do projeto, Corrêa trazia na bagagem sua tese de doutorado (Corrêa, 2001), defendida, em 1982, no Departamento de Ciência Política da USP, e dedicada à leitura da produção intelectual e à reconstrução de atuação concreta de parte dos membros da chamada Escola Nina Rodrigues, a começar pelo seu líder, Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), médico legal e pioneiro nos estudos

sobre o negro no Brasil, passando para a apropriação e disputa de seu legado de temas de pesquisa por parte de seus autodeclarados discípulos. A partir de uma “leitura antropológica” do material e fontes consultadas, Corrêa surpreendia as imbricações científicas e políticas que marcaram a atuação do grupo e a sua importância para a constituição do campo da antropologia no Brasil.

Traficantes do simbólico & outros ensaios sobre a história da antropologia, mais recente livro de Mariza Corrêa, reúne e torna público quatro capítulos, dois depoimentos escritos e duas entrevistas que resultam do PHAB. Sua publicação permite acompanhar não apenas o avanço da reflexão da autora, mas também os desdobramentos de uma área de interesse acadêmico que ganhou ímpeto a partir dos anos 1980 e se mantém bastante atuante ainda hoje. Com efeito, essa década foi também o período de surgimento de uma expressiva quantidade de projetos de pesquisa, iniciativas e escritos sobre a história das ciências sociais brasileira, em geral, e da antropologia, em particular.

Em 1981, Mariza Peirano, professora do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília (UnB), defendeu tese na Universidade de Harvard (EUA) interessada em entender como a teoria antropológica assume diferentes versões em contextos socioculturais particulares. Na esteira aberta pelas reflexões de Émile Durkheim, Marcel Mauss e Norbert Elias, dialogando criticamente com Louis Dumont e atenta ao compromisso das ciências sociais no Brasil com valores e certas ideias de construção nacional (*nation-building*), a autora empreendeu um esforço auto reflexivo a respeito do progressivo processo de diferenciação disciplinar e conformação do perfil identitário das disciplinas constituintes das ciências sociais no Brasil, entre 1930 e 1970. Partindo da definição nativa da prática das ciências sociais no Brasil, por meio de entrevistas e/ou exame da produção intelectual de seis de seus integrantes, Peirano reconstituiu o processo de emergência da antropologia de um tronco multidisciplinar indiviso e comum.

Em 1983, Julio Cezar Mellatti, etnólogo e também professor do Departamento de Antropologia (DAN) da UnB, redigiu “A antropologia no Brasil: Um roteiro”, publicado no *Boletim Informativo Bibliográfico* (BIB). De caráter didático e esclarecedor, o roteiro de leituras desfila, numa sequência cronológica, as principais tendências teórico-metodológicas, eixos temáticos de estudo e pesquisa, objetos empíricos de investigação e autores consagrados a partir de um esforço de reunião e sistematização do repertório de informações acumuladas, com especial ênfase nos estudos etnológicos, mas sem deixar de dar notícia da produção surgida nas áreas da linguística, da arqueologia e da antropologia física. Pela mesma época, em comemoração aos dez anos do funcionamento do curso de Pós-Graduação em Antropologia da UnB, uma seção especial do *Anuário Antropológico*, com apresentação de Julio Cezar Mellatti, estampava os depoimentos

de Thales de Azevedo, Egon Schaden e Luis Castro Faria sobre suas respectivas “experiências nas atividades ligadas à disciplina” (Mellatti, 1982: 227).

No final dos anos 1980 (1987-1990), sob a coordenação-geral do sociólogo Sergio Miceli, o projeto “História das Ciências Sociais no Brasil”, desenvolvido no âmbito do Instituto de Estudos Econômicos e Sociais de São Paulo (Idesp), promoveu ampla pesquisa dedicada à “análise e reflexão sociológicas das Ciências Sociais, de seus praticantes e instituições”, (Miceli et al., 1989: 5). Composta por uma equipe interdisciplinar, seus integrantes¹ produziram uma sociologia da vida intelectual nos campos das ciências sociais que se tornou uma obra de referência graças à reconstituição cuidadosa de perfis institucionais de estabelecimentos de ensino e de centros independentes de pesquisa, de associações científicas e de instituições culturais, da expansão regional e dos distintos modelos de profissionalização correspondentes, das experiências, círculos de sociabilidade e tensões geracionais, da dinâmica e dos empreendimentos editoriais, das trajetórias das figuras centrais nesse processo.

Mas quais as razões que respondem pela eclosão de tal interesse? Sugiro duas possibilidades. Em primeiro lugar, a década de 1980 assiste à sedimentação dos processos de consolidação institucional e de diferenciação e especialização disciplinar das ciências sociais no Brasil, impulsionados pela readequação e expansão dos programas de pós-graduação e surgimento de centros de investigação ao longo dos anos de 1970. Ocorre, então, a possibilidade de revisão crítica e qualificada do legado intelectual de cada área de estudos específica, cuja contribuição substantiva passa a ser objeto de reivindicação e filiação.

Além disso, a história da antropologia, como subdisciplina ou subárea acadêmica, vinha, à época, amalhando cada vez mais visibilidade dentro da agenda de pesquisas antropológicas. Os trabalhos de George W. Stocking Jr. (1968), nos EUA e o célebre livro de Adam Kuper (1977), na Inglaterra, forneciam legitimidade e inspiração para uma empreitada congênere no Brasil. Como lembra Peirano:

*Até os anos 1960, a história da antropologia era relatada apenas pelos próprios antropólogos e somente no final de suas carreiras. A trajetória bem-sucedida dos autores e o fato de serem contemporâneos dos eventos e publicações davam credibilidade e legitimidade às narrativas. Só para mencionar alguns exemplos: seis anos antes de morrer, Alfred Haddon (1855-1940) publicou o livro *History of Anthropology*; a primeira edição de *The History of Ethnological Theory*, de Robert Lowie (1883-1957), é de 1937, quando o autor já era reconhecido; *Developments in the field of Anthropology in the Twentieth Century*, de Clyde Kluckhohn (1905-1960), data de 1955 (...). O quadro muda com George Stocking Jr. Em 1968, o historiador publica seu primeiro livro, *Race, Culture and Evolution. Essays in the History of Anthropology*, que se tornou referência obrigatória já*

¹ Entre os seus integrantes, constavam: Lilia Schwarcz, Fernando Limongi, Heloisa Pontes, Fernanda Arêas Peixoto, Maria Arminda do Nascimento Arruda, Maria Hermínia Tavares de Almeida, Paul Freston, Silvana Rubino, Maria da Glória Bonelli, Maria Cecília Spina Forjaz.

na década seguinte. A linha de trabalho inaugurada por ele se ampliou e, hoje, vários pesquisadores se dedicam a examinar trajetórias e períodos históricos em diversos contextos (Peirano, 2004: 103).

Retornando à *Traficantes do simbólico & outros escritos*, seu primeiro capítulo, intitulado “Traficantes do simbólico”, recupera informações gerais sobre as origens do PHAB e o material produzido, bem como registra as decisões metodológicas, os critérios gerais que demarcaram o universo de investigação e as formulações conceituais que se definiram com o andamento da pesquisa. Em lugar do conceito de campo, tal como propugnado por Pierre Bourdieu, inadequado em vista de ser a antropologia “uma disciplina recentemente institucionalizada como tal no país” (:18), optou-se pela realização de uma cartografia, “temporal e espacial”, de um “território” e seus “habitantes”, apurando redes de relações, cenários regionais, instâncias de atuação e modalidades e práticas de pesquisa que sustentaram o perfil e a atuação das sucessivas gerações de antropólogos.

Em face dos desafios lançados pela pesquisa para se definir, com precisão e sem quaisquer anacronismos, fronteiras disciplinares e identidades profissionais, agrupar seus integrantes em arranjos ou cortes geracionais e lidar com a escassez de informações sobre contextos locais e redes de relações pessoais, a noção de projeto, recorrente em depoimentos e escritos, emergiu como uma chave explicativa privilegiada para alinhar os distintos domínios da experiência vívida pelos praticantes da disciplina. Mais que “instituição, corrente – ‘escola’ – ou corte cronológico”, a expressão acabava sendo “utilizada quase como sinônimo de grupo de referência, já que cada um deles remetia a um conjunto específico de pessoas, às influências de determinados autores e/ou pesquisadores, à instituição que abrigava ou à região onde fora realizado” (:27).

O capítulo seguinte, “Traficantes de excêntrico”, consubstancia os parâmetros gerais de um mapeamento territorial, de ampla extensão espacial e temporal. Como artifício narrativo para costurar um grande número de informações referentes a trajetórias acadêmicas e profissionais dos principais nomes da antropologia, aos principais centros e aparelhos de reprodução desse saber, às redes de relações profissionais e institucionais, aos contornos regionais assumidos pela disciplina, a autora se vale da seleção de três fotografias expressivas de momentos decisivos da trajetória de consolidação institucional da antropologia no Brasil, no período de 1930 a 1960.

Por meio delas (a saber, um retrato coletivo que reúne membros do *staff* e a diretora do Museu Nacional ladeados por pesquisadores estrangeiros e nacionais; um instantâneo da II Reunião Brasileira de Antropologia, ocorrida na Bahia, em 1957²; e um registro particular do filho do antropólogo inglês David Maybury-Lewis junto a um xavante no Brasil Central), Corrêa descortina um extenso

2 Não se pode saber se por decisão editorial ou por opção da autora a segunda foto analisada, um flagrante da II Reunião da ABA, não foi republicada em livro, embora conste da versão original do artigo. Do mesmo modo, uma listagem bastante útil de antropólogos estrangeiros presentes no Brasil entre 1930 e 1960, bem como a Composição da Diretoria e do Conselho Científico da ABA, desde sua fundação até 1986, também não reapareceram nesta edição.

panorama de praticantes (composto de pesquisadores nacionais e estrangeiros: Claude Lévi-Strauss, Charles Wagley, Roger Bastide, Donald Pierson, Arthur Ramos, Darcy Ribeiro, Luis de Castro Faria, para citar apenas alguns), centros de formação e atuação (que não se restringiam ao âmbito das instituições universitárias, mas se distribuíam por sociedades científicas, organismos estatais – museus, centros regionais de pesquisas, comissões nacionais) e linhas temáticas e objetos privilegiados de pesquisas (os estudos sobre grupos e etnias indígenas, os estudos sobre os afro-brasileiros e as relações raciais no país, os estudos de comunidades rurais ou tribais).

O argumento de fundo ressalta a importância da circulação e intercâmbio de paradigmas intelectuais, práticas científicas, profissionais e agências internacionais de cooperação técnica e fomento à pesquisa na articulação de uma rede transatlântica que envolveu o Brasil, os EUA e a Europa. Marcada pela ênfase na pesquisa de campo, no estudo de grupos e etnias indígenas e na aglutinação em torno da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), a antropologia brasileira, longe de ser uma tradição intelectual nacional autocontida, resultou, ao longo de 1930 a 1960, da trama cerrada de interações entre pesquisadores nacionais e estrangeiros.

Em “A revolução dos normalistas”, capítulo seguinte, a autora recupera a importância da atuação, ainda que muitas vezes nos bastidores, dos educadores ligados ao Movimento da Escola Nova, com especial destaque para o papel exercido por Anísio Teixeira (1900-1971) no desenvolvimento das ciências sociais brasileiras. Período de transição, a década de 1950 não suscitou a atenção e o interesse de pesquisadores, a despeito do fato de nela ter havido uma série de iniciativas que iriam repercutir, nos anos subsequentes: a criação da ABA; a fundação da Capes (Campanha de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior); o debate geral sobre a escola pública e, finalmente, as incursões em campo das primeiras levas de estudantes formados nas modernas técnicas e métodos das ciências sociais.

De acordo com Corrêa, as razões de tal esquecimento não se devem ser atribuídas

apenas à descrença no tipo de antropologia que se fazia antes de hoje ou à alegada fragilidade institucional dela naquele período; penso, antes, que esse esquecimento deve ser atribuído ao fato de que tentamos buscá-la onde ela não podia estar, num “campo antropológico”, ainda em constituição, ao invés de encontrá-la onde era praticada (:76).

Em vista da incipiência da sedimentação da vida acadêmica, ainda destituída de recursos pessoais suficientes e estímulos financeiros adequados para deslanchar programas de investigação científica, as principais iniciativas na área de ciências sociais do período devem ser buscadas no interior do aparelho burocrático do Estado.

Alojados no setor público, uma rede de educadores e cientistas sociais, cujas origens remontam à comunhão de interesses e ligações pessoais entre membros da Escola Nina Rodrigues e integrantes do Movimento Escola Nova que se encontraram no Rio de Janeiro a partir dos anos 1930, empenhou-se no “recrutamento de cientistas sociais para o levantamento sistemático das questões que pretendia atacar do ponto de vista político e administrativo no campo educacional” (:90). A partir de sua inserção profissional em diversos órgãos e instituições públicas – Secretaria de Educação e Cultura de Salvador, Capes, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) –, bem como por força de sua aspiração de utilizar as ciências sociais para subsidiar a implementação de políticas públicas, Anísio Teixeira orquestrou e fomentou a realização de investigações sistemáticas, cursos de especialização e ciclos de debates que impulsionaram a produção do conhecimento nas ciências sociais dessa época.

“A antropologia no Brasil (1960-1980)”, último capítulo da publicação, volta-se para o exame das consequências intelectuais provocadas pela readequação ou criação de programas de pós-graduação na área da antropologia, na esteira da expansão do sistema universitário de ensino desencadeada pelas políticas educacionais impostas durante o período militar. Ao contrário dos demais capítulos, a ênfase recai sobre o arcabouço e os meandros da morfologia institucional que amparou a produção antropológica num período em que a disciplina “redefiniu seu território institucional e passou a utilizar-se de uma linguagem própria (‘autóctone’), preparando, em suma, as condições de sua reprodução de um modo que era impensável até então” (:108).

Por meio da análise de “quatro programas e sua produção” – Museu Nacional, Universidade de São Paulo (USP), Unicamp e Universidade de Brasília (UnB) –, escolhidos tanto por força da “economia textual” quanto em função de que “seu desenho tenha servido de modelo para os programas mais recentes” (:112), a autora retraça de forma minuciosa as origens, os mentores e os fundadores, os formatos e arranjos institucionais, o perfil do corpo docente e dos colaboradores, as principais linhas de pesquisa e os objetos de investigação, as iniciativas perpetradas, os resultados obtidos e os embates teórico-conceituais travados pelos quatro programas de ensino citados. Como complemento à leitura e análise institucional e partindo da constatação que “foi com os estudos etnológicos que a Antropologia no Brasil obteve seus maiores êxitos” (:164), a parte final do texto recupera as escaramuças intelectuais e as disputas acadêmicas em torno do estudo do contato de grupos e etnias indígenas com a sociedade nacional, acompanhando suas progressivas inflexões teórico-metodológicas e refinamento conceitual nas obras de Darcy Ribeiro, Roberto Cardoso de Oliveira e Roberto DaMatta.

Em anexo, Corrêa reimprime os depoimentos escritos de Donald Pierson e Emílio Willems, que já haviam sido estampados em volume publicado em 1987 (Corrêa, 1987). Embora bastante desiguais – as quase cem páginas detalhadas das atividades conduzidas por Donald Pierson durante seus dezesseis anos no Brasil à frente da Escola Livre de Sociologia e Política contrastam com as lacônicas e descarnadas informações de Emílio Willems sobre os seus dezoito anos passados entre centros de ensino secundário em pequenas cidades do estado de Santa Catarina e as principais instituições acadêmicas da cidade de São Paulo – revelam e registram informações de extrema relevância para o conhecimento dos praticantes, dos nichos institucionais, da agenda intelectual e dos projetos de pesquisa que mobilizaram a antropologia brasileira nos anos de 1940 e 1950.

Além disso, transcreve as entrevistas concedidas por Ruth Cardoso e Verena Stolcke para o PHAB. Ainda que não deixem de suscitar interesse, não fica explícita a escolha e a inclusão dessas duas entrevistas específicas no volume, dentre o amplo acervo produzido, levando a crer que sua inserção possa ter sido realizada como homenagem à memória da primeira e em vista das afinidades pessoais da autora com a segunda. De qualquer forma, a narrativa desabrida de Ruth Cardoso, nomeando seus interlocutores, apontando as disputas de poder e as relações assimétricas de gênero internas à Cadeira de Antropologia da então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da USP, apenas corroboram parte do que a própria Corrêa já havia, em escala mais ampla, discutido em *Antropólogas e Antropologia* (2003), mais um subproduto das pesquisas levadas a efeito pelo PHAB, no qual a autora recupera a trajetória de atuação na esfera pública de uma série de “mulheres excepcionais”.

Para além da reconstrução alentada de quase um século do desenvolvimento disciplinar como mote central, os ensaios que compõem *Traficantes do simbólico & outros ensaios sobre a história da antropologia* lançam sugestões e fornecem hipóteses de trabalho em suas extensas e sempre pertinentes notas de rodapé, o que apenas amplia o interesse e a importância deste livro indispensável para se conhecer e refletir sobre os caminhos trilhados pela antropologia no Brasil. Sua excelência só agrava o sentimento de perda causado pelo falecimento da autora em dezembro de 2016.

Rodrigo Ramassote é mestre (2006) e doutor (2013) em Antropologia Social pela Unicamp. Desde 2014, realiza seu pós-doutorado no Departamento de Antropologia Social da FFLCH/USP, com o auxílio de bolsa de pesquisa da Fapesp. Desde 2006, é técnico em ciências sociais pelo Iphan.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORRÊA, Mariza

- 1987 *História da Antropologia no Brasil: 1930-1960/testemunhos*. São Paulo, Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Campinas, Editora da Universidade Estadual de Campinas.
- 1995 “História da Antropologia no Brasil – Projeto da Unicamp”. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 2: 115-118.
- 2001 *As Ilusões da Liberdade - A Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Bragança Paulista, Editora da Universidade São Francisco.
- 2003 *Antropólogas e Antropologia*. Belo Horizonte, Editora da UFMG.

KUPER, Adam

- 1978 *Antropólogos e Antropologia*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora.

MICELI, Sergio et al.

1989. *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo, Vértice, Editora Revista dos Tribunais, IDESP.

MELLATTI, Julio Cezar

- 1984 “A antropologia no Brasil: um roteiro”. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (BIB)*, nº 17, Rio de Janeiro, ANPOCS: 1-92.
- 1982 “Introdução”. *Anuário Antropológico*. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília (PPGAS/UnB). Brasília: 227.

PEIRANO, Mariza. G. S.

- 1991 *The Anthropology of Anthropology: the Brazilian Case*. Massachusetts, tese, Harvard University. Série Antropológica, Vol. 110. Brasília, 1991.
- 2004 “In This Context” In: PEIXOTO, Fernanda Arêas; PONTES, Heloisa e SCHWARCZ, Lilia (orgs.). *Antropologia, histórias e experiências*. Belo Horizonte, Editora da UFMG. pp. 99-121

STOCKING Jr., George W.

- 1968 *Race, Culture and Evolution: Essays in the History of Anthropology*. Nova York, The Free Press.